

Conferência

SCIENCE-BASED POLICY MAKING

Building a Better Future

RESUMO EXECUTIVO

Conferência | Março 2026



TERRA

CHANGE
Global Change and Sustainability Institute

ÍNDICE

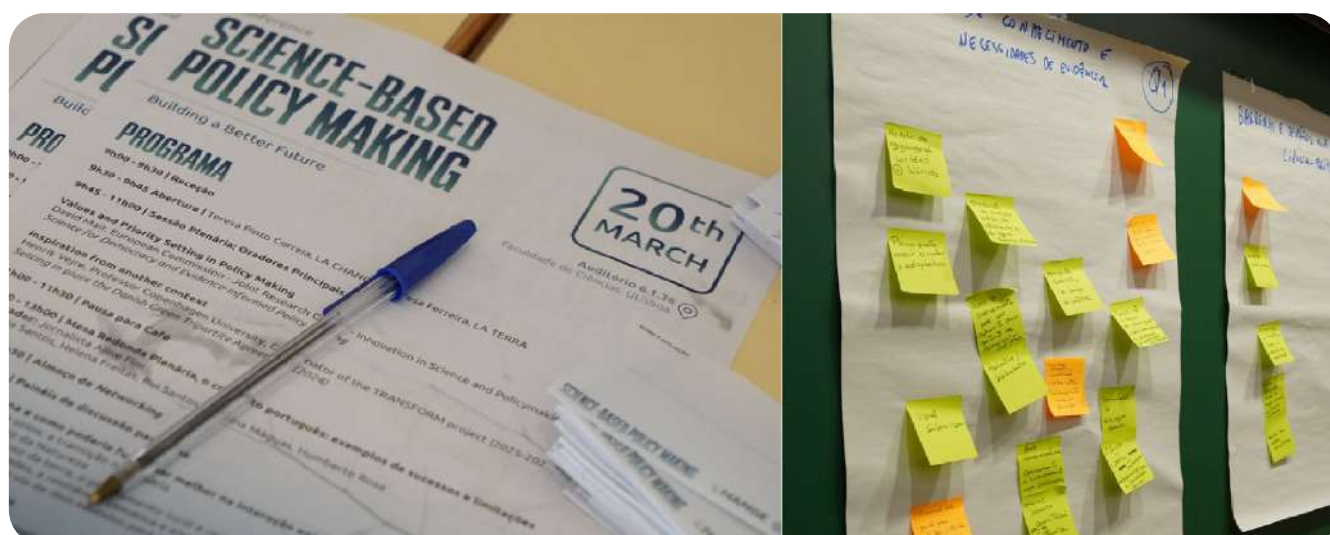
ENQUADRAMENTO	3
1. SOLO E AGRICULTURA:	
Consolidar a Lei de Monitorização dos Solos	9
2. RESTAURO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA:	
Implementar o Plano Nacional	14
3. PESSOAS E USO DO SOLO:	
Planeamento Local e Regional	18
4. RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E ENERGÉTICA:	
Gestão de Risco	22
5. ONE HEALTH:	
Integrar Saúde Humana, Animal e Ambiental na Decisão Pública	26
DESAFIOS TRANSVERSAIS:	
Visão Geral	32
RECOMENDAÇÕES TRANSVERSAIS:	
Visão Geral	33
AGRADECIMENTOS	35
CONTRIBUTOS	36

ENQUADRAMENTO

Este resumo executivo sintetiza as principais conclusões da conferência **Science for Policy**, abrangendo as áreas **Solo e Agricultura, Restauro e Conservação da Natureza, Pessoas e Uso do Solo, Resiliência Climática & Energética** e **One Health**. O objetivo central foi discutir como a evidência científica pode ser integrada de forma mais eficaz no desenho e implementação das políticas públicas em Portugal.

DESAFIOS

No que respeita ao diagnóstico de desafios, existe uma convergência clara entre todas as áreas avaliadas. O obstáculo mais persistente é a desarticulação entre os tempos da ciência, que requer períodos longos de investigação e validação, e os tempos da política, marcados pela urgência e pela curta duração dos ciclos eleitorais. A esta barreira temporal acresce uma barreira linguística e cultural: a falta de uma linguagem comum e de mecanismos de tradução que transformem dados técnicos em recomendações acionáveis. Além disso, a fragmentação da informação em silos institucionais e a falta de interoperabilidade de dados impedem uma visão sistémica dos problemas, sendo esta lacuna agravada por sistemas de monitorização que são frequentemente meramente administrativos e não focados no impacto real das medidas.



OPORTUNIDADES

Apesar destes desafios, identificam-se oportunidades transversais para alavancar o impacto da ciência. A principal proposta comum é a criação de mecanismos formais de mediação, através de figuras como os knowledge brokers ou estruturas de interface, que possam atuar como pontes permanentes entre a academia e o governo. A promoção de políticas de dados abertos e a capacitação técnica dos quadros da Administração Pública surgem também como prioridades partilhadas. Propõe-se ainda uma transição para modelos de co-design, onde os investigadores são envolvidos desde o início da formulação da política, e para sistemas de financiamento estáveis que incluam obrigatoriamente a monitorização científica a longo prazo.

As áreas distinguem-se, contudo, nas suas prioridades imediatas e contextos operacionais. Enquanto no setor do **Solo e Agricultura** a urgência reside na criação de um quadro regulatório (como uma Lei Quadro do Solo) e no reforço da fiscalização, na área do **Restauração da Natureza** o foco principal é o Plano Nacional de Restauro e a necessidade de incentivos para a propriedade privada. Já o painel de **Pessoas e Uso do Solo** destaca-se pela importância dada à escala local e ao envolvimento da sociedade civil, ao passo que o painel da **Resiliência Climática e Energética** se foca na gestão de riscos e infraestruturas críticas. Por último, a abordagem *One Health* diferencia-se pelo desafio da intersectorialidade extrema, exigindo a quebra de hierarquias entre os setores da saúde humana, animal e ambiental.

CONCLUSÕES

Em conclusão, as áreas prioritárias de intervenção para o futuro devem focar-se na institucionalização da ciência na política através de conselhos consultivos permanentes, na promoção de literacia recíproca entre cientistas e decisores e na implementação de plataformas de monitorização baseadas em indicadores biofísicos reais. O sucesso desta interação dependerá da capacidade de transformar a atual colaboração esporádica numa parceria contínua e estruturada, garantindo que as políticas públicas sejam não só informadas pela ciência, mas também ajustadas dinamicamente com base nos resultados obtidos.

Das intervenções de David Mair e Henrik Vejre, surgiram igualmente algumas reflexões importantes. A eficácia das políticas públicas depende da institucionalização da Elaboração de Políticas Informadas por Evidências, que assegura a utilização de dados relevantes, confiáveis e legítimos no momento certo para tratar as causas profundas dos problemas políticos. Este modelo fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições, embora enfrente barreiras como o "vies do meu lado" e a fragmentação institucional. Complementarmente, o exemplo do Acordo Tripartite Verde Dinamarquês demonstra como a colaboração entre governo, setor privado e sindicatos pode operacionalizar reformas profundas no uso da terra para enfrentar crises climáticas e de biodiversidade.

A implementação destas estratégias requer mediadores de conhecimento (knowledge brokers) que conectem a academia aos decisores políticos, garantindo que o conhecimento científico apoie transições verde e digital de forma estruturada. Através de metas ambiciosas, como a redução de 70% nas emissões de GEE e o restauro aquático, é possível integrar evidências científicas de ponta e ferramentas digitais para garantir que o uso do território respeite os limites planetários e as necessidades sociais.

Com base nos relatórios das sessões independentes e nos contributos do Dr. David Mair e Dr. Henrik Vejre, os Laboratórios Associados CHANGE e TERRA propõem uma série de recomendações, contextualizadas no âmbito, desafios e oportunidades específicas de cada uma das áreas temáticas.

Espera-se que a implementação das recomendações afete e melhore o impacto da ciência na política pública nas áreas do solo e agricultura, restauro e conservação da natureza, gestão do território, resiliência climática e energética e *one health*.



Sessão de abertura da conferência e boas-vindas a todos os participantes



Dr. Henrik Vejre

Professor at Copenhagen University Coordinator of the TRANSFORM project (2025-2027), about the setting in place of the Danish Green Tripartite Agreement (signed 2024)



Dr. David Mair

European Commission, Joint Research Centre
innovation in Science and Policymaking Science for
Democracy and Evidence-Informed Policy making



SESSÃO PLENÁRIA

CRISTINA MÁGUAS	CHANGE
HELENA FREITAS	TERRA
HUMBERTO ROSA	ex-Director para a Biodiversidade (DGA, CE)
JOSÉ LIMA SANTOS	TERRA
RUI SANTOS	CHANGE



1

SOLO E AGRICULTURA

Consolidar a Lei de Monitorização dos Solos



CONTEXTO

O solo é um recurso finito sob pressão crescente. Portugal carece de um mecanismo regulador robusto que eleve o solo ao mesmo nível de proteção da água ou do ar.

DESAFIOS

A baixa taxa de fiscalização real do PEPAC, aliada a um foco meramente administrativo em vez de resultados práticos, **compromete a eficácia das medidas de preservação do solo**. Há falta de conhecimento científico e dados sobre o impacto dos extremos climáticos no solo para adaptar as práticas de gestão e integrar corretamente o sequestro de carbono em mercados económicos, que financiem a regeneração e a resiliência dos ecossistemas.

A **transferência de conhecimento** e formação de qualidade para os produtores atual carece de uma abordagem efetiva, baseada nas melhores práticas enquadradas em conhecimento das ciências sociais para promover uma mudança real de paradigma na gestão do solo. Por outro lado, não há uma distinção clara entre as estratégias de literacia para o público em geral e as ações de capacitação técnica e de transferência e coconstrução do conhecimento, vocacionada para os produtores e outros gestores do território.

Não existe uma **"Diretiva Quadro do Solo"** ou um instrumento semelhante em Portugal, sendo que uma legislação deste tipo é considerada como essencial para elevar a prioridade política do tema; a sua criação enfrenta obstáculos na Comissão Europeia, tornando-a um objetivo de longo prazo. São necessárias abordagens ajustadas que garantam a correta implementação da **Lei de Monitorização do Solo** e de mecanismos reguladores adaptados às especificidades territoriais, assim como a articulação eficaz entre os diversos instrumentos legais já existentes para assegurar uma proteção ambiental coerente e funcional do solo.

Há uma lacuna entre **Conhecimento e Prática**, existindo uma dificuldade persistente em converter o saber científico em ferramentas de decisão e fiscalização. Não existem campos de demonstração locais, essenciais para mitigar a escassez de conhecimento que afeta tanto gestores como decisores políticos. As associações e outras organizações do sector, à escala local ou regional, deveriam ter aqui um papel ativo.

O sistema atual, centrado no PEPAC, exclui produtores sem cadastro ou apoios, exigindo soluções desburocratizadas para pequenos agricultores e mecanismos de monitorização rigorosos para operadores intensivos de curto prazo. Não existem mecanismos que combinem **incentivos para boas práticas com penalizações pela degradação**, garantindo a monitorização e a responsabilidade pelo estado do solo, independentemente do enquadramento administrativo da atividade.

RECOMENDAÇÕES

Como linha de continuidade, recomenda-se consolidar primeiro a implementação da **Lei Europeia de Monitorização do Solo**, garantindo que esta produz informação útil para apoio à decisão.

Em paralelo, deverá ser aprofundada a reflexão sobre um **futuro enquadramento regulador para o solo**, com abordagem focada no território, articulado com os instrumentos já existentes e apoiado por incentivos que promovam resultados efetivos na regeneração da saúde do solo. Para isso são precisos muito mais dados, rigorosos e com qualidade científica, assim como parametrização e monitorização, com um conjunto de indicadores estabelecido e usados em continuidade no tempo. A seleção destas abordagens e indicadores deve ser um contributo da comunidade científica.

O solo deve ser valorizado como **recurso estratégico**, reforçando a sua centralidade nas políticas públicas e na gestão do território. Para isso, será essencial colocar o solo no cimo da hierarquia de valores a respeitar em todas as decisões de política pública. E em paralelo, melhorar a fiscalização, medir resultados de forma mais robusta, ampliar incentivos às boas práticas e fortalecer a ligação entre ciência, administração e produtores, num quadro legal mais coerente e eficaz. Recomenda-se a urgente parametrização/harmonização de protocolos.

Deve continuar-se a mostrar a evidência da degradação do solo e das suas consequências, e o resultado positivo das boas práticas. Deve ser estabelecido um acordo sobre protocolos, produção e partilha de dados, o que irá também facilitar a obtenção de dados de qualidade homogênea e assim a implementação da **Lei de Monitorização do Solo**.

É fundamental reforçar a **cooperação** entre a ciência, a administração e os produtores através de uma comunicação simplificada, da partilha prática de experiências e da criação de plataformas e glossários uniformizados que sustentem uma estratégia nacional robusta para a saúde do solo.

Para desenvolver o processo de **regulamentação** sobre respeito do solo na implementação de instrumentos de política pública devem ser desenhados novos mecanismos e identificar indicadores e limiares. Estes mecanismos devem ter uma origem intersetorial e serem transversais aos diferentes setores da administração pública de modo a ultrapassar os atuais silos regulatórios, por vezes contraproducentes em termos da proteção do solo.

Para garantir que todos os produtores mesmo os que são indiferentes aos subsídios devem ser objeto de regulamentação, devem ser desenhados novos mecanismos de compensação e responsabilização.

Para garantir o aumento do conhecimento de produtores sobre solo e o aumento da literacia da sociedade sobre solo, devem ser desenhados **programas de formação e apoio técnico** de produtores adaptados à realidade de hoje e de ser criado um **glossário único** para harmonização e coerência dos conceitos aplicáveis ao solo e agricultura.



Garantia de que a **gestão do território, o financiamento público** e os processos de **fiscalização** são ajustados às necessidades e contexto, promovendo a regeneração do solo e a utilização de boas práticas de gestão. Através do reforço entre a **cooperação** entre a ciência, os diferentes setores da administração pública e os produtores é esperado alavancar a partilha de conhecimento e de boas praticas, sustentado pela criação de plataformas de conhecimento e glossários uniformizados que sustentem uma estratégia nacional robusta para a saúde do solo.

PARTICIPANTES

JOSÉ PAULO SOUSA

TERRA/CFE

TERESA PINTO CORREIA

CHANGE/MED

Ana Royer

CHANGE/MED

Claúdia Gonçalves

CAP

Cristina Cruz

CHANGE/CE3C

David Fangueiro

TERRA/LEAF

Diana Almeida

ICNF

Hugo Costa

GPP

João Canedo

CHANGE/MED

Lília Fidalgo

CCDR ALENTEJO

Maria do Carmo Martins

COTHN

Maria Custódia Correia

DGADR

Mariana Mota

TERRA/LEAF

Nádia Castanheira

INIAV

Rita Nicolau CiTUA

CITUA (IST)/DGT

Rosa Guilherme

CERNAS/CCDR CENTRO

Susana Filipe

CHANGE/MED

Teresa Dias

CHANGE/CE3C

Teresa Leonardo

ICNF

2

RESTAURO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Implementar o Plano Nacional



CONTEXTO

Com a aprovação do Regulamento da UE, está em curso a elaboração do **Plano Nacional de Restauro** para Portugal. O sucesso depende da transição da teoria ecológica para a implementação territorial.

DESAFIOS

Desafios na área da interface ciência/política incluem uma **Comunicação** deficiente, ritmos distintos, e linguagem distinta. Relativamente ao **envolvimento da Sociedade e Financiamento**, evidenciam-se como desafios uma baixa literacia, visibilidade e recursos financeiros limitados. No que respeita ao conhecimento de **dados e monitorização** identifica-se a falta de dados ou de acesso aos mesmos, e lacunas no conhecimento ecológico. Na área da implementação e **governança**, os principais desafios estão associados com o excesso de burocracia, a incoerência política entre diferentes mecanismos e a falta de coordenação e capacitação.

RECOMENDAÇÕES

Formação de cientistas em ferramentas eficazes de comunicação com os decisores políticos (por exemplo, elaboração resumos executivos ou *policy briefs*).

Promover **encontros “de ciência para a política”** com os vários atores da administração pública, que fomentem relações de confiança e proximidade, desenvolver ferramentas que contribuam para a uniformização de conceitos e de uma **“linguagem comum”** e valorizar o contributo para as políticas públicas nos currículos científicos.

Promoção de programas de **investigação aplicada**, por exemplo, focados em limiares ecológicos, trajetórias de restauro, eficácia de medidas a longoprazo e custo-benefício, incluindo socio-económico, do restauro.

Promoção de iniciativas para a **sensibilização e informação da sociedade civil**, e grupos de atores-chave em particular (ex. agricultores), sobre a importância e co-benefícios do restauro da natureza, essencial para a sustentabilidade socioeconómica, mitigação de riscos climáticos e outros, segurança alimentar, qualidade de vida, etc.

Integração de dados relacionados com a implementação, impactos do restauro e disponibilização pública destes (ex. portal do restauro da natureza).

Reforço da **formação e capacitação técnica** em restauro de ecossistemas, incluindo a promoção de redes de demonstração de casos de sucesso e das melhores práticas.

Assegurar **financiamento** estável, integrando monitorização e avaliação no financiamento, facilitar acesso a fundos, mobilizar investimento privado, harmonizar políticas e promover incentivos e soluções para propriedade privada.

IMPACTO

A implementação das recomendações acima descritas visa a elaboração e execução do **Plano Nacional de Restauro da Natureza** adaptado ao contexto português e em conformidade com o Regulamento do Restauro da Natureza da União Europeia.

É esperada uma otimização dos mecanismos de interface, da formação especializada, da uniformização de conceitos e linguagem das estratégias de comunicação, sensibilização pública e financiamento estável. A existência de Plataformas interoperáveis, redes de monitorização, investimento contínuo a longo-prazo, simplificação administrativa, coordenação institucional, incentivos e formação, serão chave para uma boa implementação do Plano Nacional de Restauro da Natureza.



PARTICIPANTES

ALICE NUNES	CHANGE/CE3C
ANTÓNIO LOPES	TERRA/CEG
Ana Luísa Gomes	DGT
Bruna Reis	CHANGE/CE3C
Cândida Ramos	TERRA/CFE
Carla Pinto Cruz	CHANGE/MED
Fátima Bacharel	DGT
Filipa Vala	JRC
Filipe Dias	TERRA/CEF
Filipe Martinho	TERRA/CFE
Helena Alves	APA
Humberto Rosa	EX-DGENV
João Serafim	CCDESERT/CM
Miguel Rosalino	CHANGE/CE3C
Nuno Pedroso	CHANGE/MED
Paulo Branco	TERRA/CEF
Pedro Salgueiro	CHANGE/MED
Ricardo Nogueira Mendes	ICNF
Rui Santos	CHANGE / CENSE
Sara Almeida	CM OEIRAS
Yorgos Stratoudakis	CHANGE/CENSE

3

PESSOAS E USO DO SOLO

Planeamento Local e Regional



CONTEXTO

Interações entre dinâmicas sociais e uso do solo, com enfoque nos desafios e oportunidades do planejamento à escala local e regional, tais como a transição verde e a circularidade.

DESAFIOS

Persistem lacunas relevantes na **produção e integração de conhecimento** para apoio à tomada de decisão, nomeadamente em sistemas de avaliação, monitorização e acompanhamento capazes de gerar evidência robusta em contextos de incerteza e complexidade. Existe também dificuldade em introduzir uma **visão sistémica e transversal** no planeamento, mantendose abordagens setoriais e pouco integradas.

Verifica-se ainda uma forte desarticulação entre o tempo da ciência, da política e da sociedade, dificultando a **incorporação da evidência científica** nos processos de decisão. A falta de linguagem comum ("information lost in translation") e partilha de conhecimento ("information lost in circulation") agrava esta distância.

Adicionalmente, a **complexidade dos problemas territoriais** não é frequentemente tratada em abordagens sistémicas, multiescala e multissetoriais, e há uma insuficiente articulação institucional e disciplinar.

RECOMENDAÇÕES

Reforçar a **produção e compatibilização de conhecimento** aplicável ao território, com foco em escalas locais e regionais, garantindo maior utilidade para os processos de planeamento.

Investir em mecanismos de **interface ciência-política-sociedade**, incluindo perfis e estruturas dedicadas à tradução do conhecimento científico para formatos acessíveis e acionáveis. Quem? Como e o que comunicar?

Promover **processos participativos** mais inclusivos e contínuos, envolvendo cidadãos, atores locais e decisores desde fases iniciais do planeamento.

Desenvolver e testar modelos de **governança colaborativa**, baseados na co-responsabilização e na partilha de poder entre diferentes stakeholders, em articulação com iniciativas *top-down*, fomentando abordagens experimentais e projetos-piloto, que possam testar soluções inovadoras em contextos reais e facilitar a aprendizagem coletiva. Por exemplo na definição de objetivos territoriais.

Apostar na **capacitação técnica e institucional** dos municípios, permitindo uma melhor integração da evidência científica nas decisões de uso do solo.

Melhorar os **sistemas de monitorização e avaliação**, com indicadores claros e mecanismos de retroação/monitorização que permitam ajustar políticas em tempo útil, de forma adaptativa e flexível.

IMPACTO

Melhoria da integração entre conhecimento científico e decisão política no planeamento do uso do solo, permitindo **políticas mais adaptativas, informadas e eficazes**. Espera-se uma maior capacidade de resposta a contextos de incerteza, bem como um ordenamento do território mais sustentável, integrado e alinhado entre escalas locais e regionais.



PARTICIPANTES

NUNO VIDEIRA	CHANGE/CENSE
PATRÍCIA ABRANTES	TERRA/CEG
Cristina Branquinho	CHANGE/CE3C
Cristina Ferreira	CCDR LVT
Eduarda Costa	TERRA/CEG
Jennifer McGarrigle	TERRA/CEG
João Carlos Verde	AGIF
Margarida Queirós	TERRA/CEG
Nuno Guiomar	CHANGE/MED
Pedro Arsénio	TERRA/LEAF
Susana Brigido	2BFORREST

4 RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E ENERGÉTICA

Gestão de Risco



CONTEXTO

Eventos extremos (tempestades, incêndios) expõem a vulnerabilidade das infraestruturas críticas e a falta de coordenação institucional imediata.

DESAFIOS

Ultrapassar a falta de dados acionáveis, consistentes e interoperáveis, a fragilidade da **monitorização de longo prazo**, a **fragmentação institucional** e a **insuficiência de recursos humanos, financeiros e tecnológicos** na Administração Pública e nas autarquias. Assegurar a tradução do conhecimento científico em instrumentos operacionais, a fraca articulação entre setores como energia, água, território, mobilidade e comunicações, e a descontinuidade das políticas públicas associada aos ciclos políticos curtos.

RECOMENDAÇÕES

Criar uma **agenda comum** para a resiliência climática e energética, focada em ciência utilizável para apoiar decisões públicas após eventos extremos.

Desenvolver um **quadro operacional de indicadores** e dados mínimos, integrando monitorização, cartografia de risco, vulnerabilidades, interdependências entre sistemas e avaliação de medidas.

Reforçar formatos regulares de **interface ciência-política**, como policy briefs, workshops, formação aplicada, laboratórios vivos territoriais e mecanismos de retorno sobre a utilização da evidência.

Integrar melhor adaptação climática, ordenamento do território, gestão da água, energia, biodiversidade e proteção civil, dando prioridade a **soluções baseadas na natureza** e ao reforço das redes críticas.



IMPACTO

Melhorar a capacidade de antecipação, resposta e recuperação perante eventos extremos, tornando as decisões públicas mais baseadas em risco, eficiência e custo.

PARTICIPANTES

ANA RUSSO	TERRA/CEF
FRANCISCO FERREIRA	CHANGE/CENSE
Akli Benali	TERRA/CEF
André Fortunato	LNEC
Andreia Cabral	CCDR NORTE
Celso Aleixo Pinto	APA
Dália Loureiro	LNEC
Gil Lemos	FCUL/IDL
Joana Sabino	CCDR ALENTEJO
João Lopes	REN
Jorge Maurício	DGADR
José Luís Zêzere	TERRA/CEG
Lara Reis	CHANGE/CENSE
Luis Portela	LNEC
Maria Felisbina Quadrado	APA
Nuno Bravo	APA
Paulo Canaveira	AEA
Paulo Partidário	DGEG - CONSELHO CIENTÍFICO
Pedro Baptista	AGÊNCIA PARA CLIMA
Pedro Matos Soares	FCUL/IDL
Pedro Pinho	CHANGE/CE3C
Ricardo Braz	CCDR-LVT
Rui Machado	CHANGE/MED
Sara Goulart	E-REDES/EDP
Vanessa Quico	DGADR

5

ONE HEALTH

Integrar Saúde Humana, Animal
e Ambiental na Decisão Pública



CONTEXTO

A abordagem *One Health* reconhece que a saúde humana, animal e ambiental são interdependentes e devem ser tratadas de forma integrada na formulação de políticas públicas.

A crescente frequência de zoonoses, o impacto das alterações climáticas na saúde, a degradação dos ecossistemas e o aumento da resistência antimicrobiana demonstram que respostas setoriais isoladas são insuficientes. Em Portugal, apesar da elevada capacidade científica e técnica existente, persistem fragilidades estruturais na articulação entre setores, na integração de dados e na tradução do conhecimento científico em decisão pública.

Reforçar a operacionalização da abordagem *One Health* é, por isso, uma prioridade estratégica para aumentar a resiliência do Estado perante futuras crises sanitárias, ambientais e socioeconómicas.

DESAFIOS

Persistência de **modelos de governação fragmentados** e organizados em “silos” institucionais (Saúde, Agricultura, Ambiente), com limitada interoperabilidade entre sistemas de informação, reduzida coordenação interministerial e ausência de mecanismos permanentes de decisão integrada.

Verificam-se ainda dificuldades significativas na **transferência de conhecimento** entre ciência e política, agravadas pela inexistência de uma linguagem comum, pela escassez de perfis híbridos de mediação e por lógicas de financiamento excessivamente setoriais.

O **subfinanciamento** crónico da componente ambiental nas políticas de saúde, associado à predominância de abordagens reativas em detrimento da **prevenção e antecipação**, limita a capacidade do país para responder de forma integrada a riscos complexos e sistémicos.

RECOMENDAÇÕES

Institucionalizar **mecanismos permanentes de coordenação** *One Health* entre ministérios, autoridades públicas, sistema científico e entidades territoriais, com definição clara de responsabilidades, objetivos e indicadores de monitorização.

Criar a figura do **Knowledge Broker One Health**, com competências de mediação técnico-científica, tradução de evidência e facilitação da comunicação entre investigadores, decisores políticos e administração pública.

Desenvolver **programas de financiamento** interministeriais e plurianuais que exijam equipas multidisciplinares e promovam a integração entre saúde humana, saúde animal, ambiente, ciências sociais e ciência de dados.

Reforçar a interoperabilidade dos **sistemas nacionais de monitorização** e vigilância, promovendo plataformas integradas de dados em tempo real entre os setores da saúde, ambiente e agricultura.

Investir em **modelos preditivos** nacionais que integrem indicadores epidemiológicos, climáticos, ambientais e socioeconómicos, recorrendo a inteligência artificial e sistemas de informação geográfica para apoiar a **antecipação de riscos** e a tomada de decisão.

Integrar a abordagem *One Health* na **formação avançada** da administração pública e no ensino superior, promovendo competências em colaboração intersetorial, comunicação científica e governação integrada.

Valorizar explicitamente a **dimensão ambiental nas políticas de saúde pública**, reconhecendo o capital natural e a saúde dos ecossistemas como determinantes estruturais da saúde humana.

IMPACTO

Uma implementação efetiva da abordagem *One Health* permitirá **fortalecer a capacidade de antecipação e resposta** do Estado face a zoonoses, resistência antimicrobiana, eventos climáticos extremos e outras ameaças emergentes em saúde pública.

A integração entre setores e sistemas de informação aumentará a eficiência da decisão pública, reduzirá redundâncias institucionais e promoverá políticas mais preventivas, sustentáveis e custo-efetivas.

A médio e longo prazo, esta abordagem contribuirá para um sistema de saúde mais resiliente, uma administração pública mais coordenada e uma maior proteção da saúde das populações e dos ecossistemas.



PARTICIPANTES

ANA MARIA ABREU	TERRA/ISAMB
MÓNICA VIEIRA CUNHA	CHANGE/CE3C
Andrea Cara D'Anjo	DGAV
Cristina Bárbara	TERRA/ISAMB
Hugo Rebelo	CHANGE/CE3C
Inês Bártolo	CHANGE/CE3C
Isabel Henriques	TERRA/CFE
João Paulo Gomes	INSA
Leonor Cruz	INIAV
Luís Campos	CPSA
Marta Laranjo	CHANGE/MED
Paulo Jorge Silva	TERRA/ISAMB
Ricardo Dias	CHANGE/CE3C
Ricardo Reis dos Santos	TERRA/ISAMB
Rosário Oliveira	TERRA/ISAMB
Xavier Canavilhas	ONE.AIQ



DESAFIOS TRANSVERSAIS

Visão Geral

DESAFIOS	1. Solo e Agricultura	2. Restauração e Conservação da Natureza	3. Pessoas e Uso do Solo	4. Resiliência Climática & Energética	5. One Health
Enquadramento legal					
Monitorização e fiscalização					
Lacunas de dados e conhecimento					
Financiamento e recursos					
Transferência de conhecimento e capacitação técnica					
Articulação legal e institucional					
Incentivos e penalizações					
Comunicação entre ciência e política					
Abordagens setoriais e fragmentadas					

Visão geral de recomendações transversais aos temas, assinalando a azul escuro os desafios abordados nas sessões e a azul claro todos os desafios relevantes.

RECOMENDAÇÕES TRANSVERSAIS

Visão Geral

RECOMENDAÇÕES	1. Solo e Agricultura	2. Restauro e Conservação da Natureza	3. Pessoas e Uso do Solo	4. Resiliência Climática & Energética	5. One Health
Consolidar mecanismos regulatórios					
Comunicação e cooperação ciência-política					
Monitorização e interoperabilidade de dados					
Financiamento estável a longo prazo					
Promover literacia e capacitação técnica					
Mecanismos de compensação e responsabilização					
Coordenação institucional					
Governança participativa					

Visão geral de recomendações transversais aos temas, assinalando a verde escuro as recomendações abordadas nas sessões e a verde claro todas as recomendações relevantes.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os parceiros do evento ***Science Based Policy Making*** pela discussão enriquecedora e pelos seus valiosos contributos, que esperamos estejam refletidos neste resumo executivo.

Um agradecimento especial é dirigido aos Keynote Speakers, David Mair, do Joint Research Center e Henrik Vejre, da Universidade de Copenhaga. Agradecemos igualmente aos intervenientes da mesa redonda, Cristina Máguas, Helena Freitas, Humberto Rosa, José Lima Santos e Rui Santos, pelas suas intervenções e contributos valiosos no evento e à Aline Flôr pela excelente moderação da mesa redonda.

E finalmente, agradecemos o contributo da Catarina Viegas, Inês Almaça, Ruben Oliveira, Sofia Viegas e de todos aqueles que ajudaram na organização do evento ***Science Based Policy Making***.

A Comissão Organizadora



CONTRIBUTOS

O conteúdo aqui apresentado resume as discussões realizadas tanto nas sessões plenárias quanto nos workshops paralelos, que contaram com a participação das seguintes organizações: Agência Europeia do Ambiente (AEA), Agência para o Clima (APC), Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), Associação Nacional de Municípios (ANM), Câmara Municipal de Alcoutim, Câmara Municipal de Almada (CMA), Câmara Municipal de Oeiras, Centro de Estudos Geográficos (CEG), CE3C - Centre for Ecology, Evolution and Environmental Change, CENSE - Center for Environmental and Sustainability Research, Centro de Ecologia Funcional (CFE), Centro de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS), Centro Operativo Tecnológico Hortofrutícola Nacional, Center for Innovation in Território, Urbanism and Architecture (CiTUA), Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Conselho Português para a Saúde e Ambiente (CPSA), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR-A), Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), Direção Geral do Território (DGT), E-Redes, EDP, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral - Ministério da Agricultura e Mar (GPP), Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA), Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), Instituto Dom Luiz, Instituto de Saúde Ambiental (ISAMB), LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, One.AIQ, Laboratório Associado TERRA, Laboratório Associado CHANGE, MED - Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento, Rede de Energia Nacional (REN), 2BForest.

FICHA TÉCNICA

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Abreu, Ana Russo, Alice Nunes, António Lopes, Catarina Viegas, Eduarda Costa, Francisco Ferreira, Helena Freitas, José Luís Zêzere, José Paulo Sousa, Mónica Vieira Cunha, Nuno Videira, Paulo Branco, Rubén Oliveira, Sofia Viegas, Susana Filipe, Teresa Ferreira, Teresa Pinto Correia.

AUTORES

Ana Russo, Alice Nunes, António Lopes, Eduarda Costa, Francisco Ferreira, José Paulo Sousa, Mónica Vieira Cunha, Nuno Videira, Susana Filipe, Teresa Pinto Correia.

DESIGN

Carolina Caetano, Joana Canelas e Laboratório Associado TERRA.

DOI: [10.5281/zenodo.21821647](https://doi.org/10.5281/zenodo.21821647)

CHANGE – INSTITUTO PARA AS ALTERAÇÕES GLOBAIS E SUSTENTABILIDADE

www.changeinstitute.pt | change@uevora.pt

TERRA - LABORATÓRIO PARA A SUSTENTABILIDADE DO USO DA TERRA E DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

www.labterra.pt | terra@labterra.pt

CHANGE

Global Change and Sustainability Institute

